Ata nº 009/2026

ATA DA 148 ª REUNIÃO ORDINÁRIA D0 CMDDPcD
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE COTIA
09 DE SETEMBRO DE 2026

Aos nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se a 148ª reunião do **Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDDPcD**, realizada online através do Google Meet. Com a presença de conselheiros representantes do **Poder Público** e da **Sociedade Civil**, conforme lista de presença abaixo.

Entidades prestadoras de serviço de assistência de movimentos de inclusão social da pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

- Amanda Ferreira

Prestadores de serviço e trabalhadores na área de pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

- Cleber de Souza Pereira
- Jaqueline Eugenio

Pessoas com deficiência ou representantes de pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

- Camila Indalecio
- Mariana Macedo de Melo
- Vinicius Souza Mororo

Representante OAB:

- Aurea de Freitas Francisco

Secretaria Municipal da Mulher, Neurodiversidade e Inclusão Social:

- Rita de Cassia C. Rodrigues

Secretaria Municipal de Comunicação

- Lucas Adriano G. Silverio

Secretaria Municipal de Educação

- Luciene Alves Barbosa

Secretaria Municipal de Saúde

- Luciana Paiva R. Faria
- Bianca Rossini

Secretaria de Indústria e Comércio

-

Secretaria de Transportes e Mobilidade

- Edinaldo João dos Santos
- Flávio das Dores Gonçalves

Faltas Justificadas

- Marcia Buava

Faltas

- Aline Valente Alcantra
- Cristina de Oliveira
- Jordania Gomes da Silva
- Geslayne C.D.Camargo
- Thaiane Vieira Pereira
- Angra Barbosa Barbeiro
- Luciane Bonfim
- Paulo Generoso
- Matheus Jose
- Adaiane Luz
- Pricila Santos Marcelino
- Gislene Alves de Barros

Convidados

- Simone

ABERTURA DA REUNIÃO

A Presidente Camila Indalecio aguardou a chegada dos conselheiros para formação de quórum, registrando o ingresso gradual dos participantes. O Conselheiro Lucas Adriano informou que o link da reunião foi compartilhado no Instagram e nos grupos, e identificou os intérpretes de Libras presentes: Igor Novais e Rafaela Calixto. O Conselheiro Cleber de Souza Pereira realizou a chamada dos conselheiros, registrando nominalmente as presenças e justificativas. A convidada Simone Clini, do Movimento Inclusivo, apresentou-se e foi incluída no registro.

1. APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR

A Presidente Camila Indalecio indagou se os conselheiros haviam recebido por e-mail a ata e a convocação da reunião. O Conselheiro Lucas Adriano colocou em votação a ata referente ao mês de agosto, solicitando manifestação dos conselheiros por meio de reação (joinha) no Google Meet. A ata foi **aprovada por unanimidade**.

Antes do prosseguimento, a Presidente propôs a alteração da ordem da pauta, deixando o item "Virada Inclusiva" pauta trazida pela Conselheira Márcia Buava e pela Conselheira Luciene Bomfim, ambas ausentes para o final. A suplente Rita de Cássia informou não dispor de informações sobre o tema, uma vez que se tratava de pauta específica da Márcia. O colegiado concordou, mediante manifestação por emoji, em aguardar eventual ingresso da Conselheira Luciene Bomfim durante a reunião.

2. PLANO DE AÇÃO DO GT POLÍTICAS PÚBLICAS (PCA 2027)

A Presidente Camila Indalecio apresentou o resultado dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas, agradecendo a colaboração dos conselheiros. Relatou que, diante da alteração de prazos informada pela Secretaria, os planos precisaram ser elaborados e entregues em tempo recorde até **28 de agosto**, e que os projetos foram encaminhados para análise e aprovação da Secretaria.

O Conselheiro Cleber de Souza Pereira procedeu à leitura dos projetos apresentados pelo GT:

1. **Webinário sobre educação inclusiva e capacitismo;**
2. **Seminário presencial "Setembro Verde";**
3. **Cotia Inclusiva;**
4. **Cartilhas educativas e divulgação;**
5. **Prevenção e enfrentamento ao bullying nas escolas**;
6. **Oficina de alfabetização em Libras para pessoas surdas;**
7. **Mapeamento e levantamento de dados das pessoas com deficiência no município;**
8. **Projeto cultural Capoeira Inclusiva.**

A Presidente questionou sobre a inclusão do Encontro Regional de Conselhos, e o Conselheiro Cleber esclareceu que a Conselheira Márcia Buava havia informado que referido evento já integrava o planejamento, não constando dessa relação específica.

O Conselheiro Lucas Adriano relatou que o GT realizou reunião para levantamento dos projetos e que decidiu, diante das prioridades já elencadas e do saldo do Fundo, não encaminhar naquele momento o projeto de voleibol sentado, permanecendo a ideia para discussões futuras.

A Presidente destacou que, com os projetos devidamente previstos no PCA, LDO e PPA, o Conselho poderá executar as ações em 2027, e que os valores e a definição da origem dos recursos (Tesouro ou Fundo) serão apresentados pela Secretaria na próxima reunião.

3. INFORME SOBRE A ALTERAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA

A Presidente Camila Indalecio esclareceu a alteração do prazo de entrega dos projetos do plano de ação. Relatou que, no dia **30 de junho**, a Secretaria havia encaminhado e-mail solicitando os projetos do plano de ação, com prazo até **31 de julho**; por depender de leitores de tela, a mensagem passou despercebida, sendo o fato apontado pela Conselheira Jaqueline Eugênio em

16 de julho, durante curso de capacitação.

Após a identificação, foi elaborado novo ofício solicitando prorrogação, tendo a Secretária concedido prazo até **20 de outubro**. Entretanto, em razão de mudanças internas relacionadas à LDO e ao PCA, o prazo foi antecipado para **28 de agosto**, exigindo a elaboração célere do plano de ação pelo GT de Políticas Públicas.

4. CENSO E MAPEAMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Presidente Camila Indalecio apresentou a retomada dos trabalhos sobre o censo e mapeamento das pessoas com deficiência no município, informando a existência da **Lei nº 2.479**, que institui censo qualitativo específico para pessoas autistas. Relatou que havia proposto, inicialmente, a ampliação dessa lei para abranger as demais deficiências, mas que, por se tratar de conquista histórica do segmento, buscou alternativas, apresentando projeto de lei complementar no grupo, com contribuições da Conselheira Luciene Alves (Educação).

A Conselheira Aurea de Freitas Francisco informou a existência da **Lei nº 2.079/2019 - Censo Cadastro Inclusão**, que institui política geral de mapeamento de todas as pessoas com deficiência do município, tornando desnecessária a criação de nova lei. Destacou que a referida lei determina: realização do censo de inclusão a cada quatro anos; levantamento de informações sobre tipo e grau de deficiência; qualificação, quantificação e localização das pessoas; disponibilização e cadastro no portal da Prefeitura; autocadastramento, inclusive por aplicativo próprio do município; execução pela Assistência Social; e possibilidade de parcerias.

A Conselheira Aurea orientou que o Conselho deve, primeiramente, verificar junto ao **Portal da Transparência** os resultados do censo, os cadastros de inclusão criados, os dados produzidos e as políticas públicas decorrentes incluindo a consulta pública realizada em 2023. Não localizadas as informações, deverá ser oficiada a Prefeitura, órgão competente pela execução da lei, solicitando esclarecimentos sobre o andamento e a efetividade da norma.

A Conselheira Luciene Alves (Educação) ponderou sobre a necessidade de cobrar a efetiva implementação da lei, ressaltando a ausência desses dados nos serviços públicos municipais.

A Conselheira Jaqueline Eugênio questionou a relação entre a Lei 2.079/2019 e o projeto do vereador referente ao diagnóstico de pessoas autistas, indagando se não seria o caso de unificar as proposições. A Conselheira Aurea esclareceu que a lei de 2019 é geral e abrange todas as deficiências, enquanto a lei específica dos autistas tem escopo restrito, devendo o projeto ser analisado em sua integralidade para verificação de fundamentos e justificativas.

O Conselheiro Vinicius Mororo observou que muitas leis municipais apenas reproduzem legislação federal e sugeriu que o Conselho concentre esforços internos, com apoio jurídico, evitando a dependência do trâmite legislativo. Propôs a realização de uma roda de conversa com juristas sobre as leis específicas.

A Presidente Camila Indalecio relatou situações preocupantes identificadas em outros municípios como a busca indevida de diagnósticos e a utilização da pauta da neurodiversidade com finalidade eleitoral, destacando a importância de um censo abrangente que não deixe

nenhum segmento da pessoa com deficiência invisibilizado, e de o Conselho orientar e fiscalizar a política municipal.

A Conselheira Jaqueline Eugênio sugeriu que o GT de Políticas Públicas estude a lei com o apoio da Dra. Aurea para traçar estratégias. A Presidente acolheu a sugestão, e a Conselheira Aurea comprometeu-se a levantar as informações e apresentá-las ao GT para definição dos próximos passos.

5. CADASTRAMENTO DAS ENTIDADES (GT REGISTROS E NORMAS)

A Presidente Camila Indalecio apresentou a pauta do cadastramento das entidades, registrando que o GT Registros e Normas já foi formado, mas ainda não possui coordenadores definidos, sendo necessária a elaboração de portaria, resolução e formulário de chamamento público.

A suplente Rita de Cássia esclareceu que as entidades precisam estar inscritas nos conselhos, recebendo certificado anual renovável, mediante apresentação de documentos e plano de trabalho, conforme resoluções específicas, e que a proposta do Conselho é realizar chamamento público para cadastramento.

A Conselheira Jaqueline Eugênio sugeriu a realização de encontro com a comissão de registros do CMAS ou do CMDCA para compreender a dinâmica de funcionamento e a regulamentação, ressaltando a importância da tipificação nacional de assistência social. Explicou, ainda, que recursos captados por empresas via destinação de Imposto de Renda devem ser aportados no Fundo Municipal e repassados por meio de instituições certificadas, com prestação de contas à Secretaria, ao Conselho e ao Tribunal de Contas.

A Conselheira Amanda Ferreira complementou que as instituições sociais seguem a tipificação nacional de assistência social, sendo necessário o Conselho definir se adotará tipificação própria, e lembrou que há instituições certificadas que não recebem recursos municipais.

O Conselheiro Vinicius Mororo questionou a possibilidade de as instituições maiores apoiarem e supervisionarem as menores. A Conselheira Jaqueline esclareceu que cabe ao Conselho orientar as instituições menores em sua formalização, mas que o repasse de recursos de uma instituição para outra encontra entraves na prestação de contas junto ao Tribunal de Contas.

A Presidente Camila Indalecio convidou a Conselheira Jaqueline Eugênio a coordenar o GT Registros e Normas, dada sua experiência. A Conselheira Jaqueline condicionou a aceitação à divisão da coordenação com a Conselheira Amanda Ferreira, o que foi acolhido. **Ficou definido que as conselheiras Jaqueline Eugênio e Amanda Ferreira assumirão, conjuntamente, a coordenação do GT Registros e Normas.** A Conselheira Jaqueline comprometeu-se a contatar a Sra. Neia para agendar encontro com a comissão de registros do Conselho de Assistência.

6. VIRADA INCLUSIVA

A Presidente Camila Indalecio informou que a Conselheira Luciene Bomfim não ingressou na reunião para apresentar a pauta da Virada Inclusiva, trazida por ela e pela Conselheira Márcia

Buava. A suplente Rita de Cássia informou que o evento está previsto para **6 de dezembro**. O colegiado deliberou por deixar a pauta para a próxima reunião ou para discussão em grupo.

7. EVENTO DO DIA 21 DE SETEMBRO (SEMANA NACIONAL DE LUTA)

A Presidente Camila Indalecio informou a alteração do local do evento da Semana Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, previsto para 21 de setembro. Relatou que a Câmara dos Vereadores comunicou, por meio do Ofício nº 137/2026, a impossibilidade de ceder o espaço em razão das eleições gerais de 2026 e das vedações impostas aos agentes públicos, conforme o Ato da Mesa nº 24/2026, expedido pela presidência da Casa Legislativa (Presidente Osmar Danilo da Silva).

O Conselheiro Cleber de Souza Pereira procedeu à leitura do ofício, que informa estarem vedados eventos estranhos às atividades próprias do Poder Legislativo no plenário no período eleitoral.

A Presidente relatou que, diante disso, a Conselheira Márcia Buava convocou reunião emergencial da Mesa Diretora e articulou novo espaço, tendo a OAB Cotia cedido o local para a realização do evento, que passará a ocorrer até as 12 horas (encerramento antecipado em relação ao horário originalmente previsto). A Conselheira Aurea de Freitas Francisco, secretária adjunta da OAB Cotia, registrou o apoio da diretoria, em nome do Presidente Ricardo Rodrigues, colocando a instituição à disposição do Conselho.

Pontos tratados:

- Necessidade de voluntários para organização do café, montagem do espaço e recepção dos convidados;
- Vinicius Mororo atuará como cerimonialista;
- Cléber e Lucas Adriano responsáveis pela parte visual e de divulgação;
- Envio de convites aos palestrantes em andamento.

O Conselheiro Vinicius Mororo propôs a criação de página própria para eventos do Conselho, a partir do domínio pcd.com.br, com subdomínio destinado a eventos, de forma gratuita e sem fins lucrativos. O Conselheiro Lucas Adriano reconheceu o mérito da ideia, mas alertou para a necessidade de autorização da Presidente e do colegiado, citando episódio anterior em que página com o nome do Conselho foi criada sem ciência da diretoria, e destacou a responsabilidade legal da Presidente sobre as informações divulgadas. O Conselheiro Vinicius colocou-se à disposição para formalizar termo de confidencialidade e compartilhar as credenciais de administração com a Mesa Diretora.

A Presidente Camila Indalecio, em razão do horário e da limitação da acessibilidade contratada, propôs que o tema seja aprofundado no grupo de Divulgação e Eventos e levado à próxima reunião.

8. INFORMES GERAIS

Valor do Fundo Municipal: A Conselheira Amanda Ferreira informou que o Fundo do Conselho possui saldo atualizado de **R$ 60.524,30 (sessenta mil, quinhentos e vinte e quatro reais e trinta centavos)**, sem movimentação, a ser submetido à deliberação dos conselheiros quando houver qualquer gasto.

Esclarecimento jurídico sobre o termo "eventos estranhos": A Conselheira Aurea de Freitas Francisco esclareceu que a vedação de eventos "estranhos" às atividades do Poder Legislativo decorre de previsão legal federal, sendo a recusa da Câmara, a menos de quinze dias das eleições, juridicamente justificada, não configurando discriminação.

ENCERRAMENTO

A Presidente Camila Indalecio agradeceu a presença de todos e reforçou os três objetivos prioritários do Conselho: o censo e mapeamento, o cadastramento das entidades e a realização do evento de 21 de setembro. Destacou que, diante da negativa da Câmara, o Conselho não se abateu "uma porta fechou, mas outra melhor se abriu, que é a OAB" e exortou os conselheiros a manterem o ânimo.

Encerrou com reflexão sobre a palavra "deficiência", registrando que, retirada a letra "D", resta "eficiência", e relembrou o lema *"Nada sobre nós, sem nós"*, agradecendo aos intérpretes Igor Novais, Rafaela Calixto, Tamires e Paula.

Foram realizados os prints da tela para registro e divulgação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada por volta das 11h.

ENCAMINHAMENTOS GERAIS

1. Verificação, pelo GT de Políticas Públicas, das informações da Lei nº 2.079/2019 junto ao Portal da Transparência; não localizadas, elaborar ofício à Prefeitura.
2. Levantamento, pela Dra. Aurea, das informações sobre o censo e a consulta pública de 2023, para apresentação ao GT de Políticas Públicas.
3. Estudo da legislação e avaliação de roda de conversa com juristas sobre o censo (sugestão do Conselheiro Vinicius).
4. Jaqueline Eugênio e Amanda Ferreira assumem conjuntamente a coordenação do GT Registros e Normas.
5. Contato da Conselheira Jaqueline com a Sra. Neia para agendamento de encontro com a comissão de registros do Conselho de Assistência.
6. Virada Inclusiva permanece para a próxima reunião ou discussão em grupo (evento previsto para 6/12).
7. Mobilização de voluntários e finalização da organização do evento de 21/09 no novo local (OAB Cotia).
8. Finalização das artes de divulgação do evento (Cléber e Lucas Adriano).
9. Discussão da proposta de página de eventos do Conselho no grupo de Divulgação e Eventos, para deliberação na próxima reunião.

10. Elaboração de resposta/ofício à Câmara dos Vereadores, com orientação jurídica da Dra. Aurea.

Camila Indalecio
Presidente do CMDDPcD

Luciana Paiva R. Faria
Vice-Presidente do CMDDPcD